



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO DE CONCURSO DE ESTÁGIO**

PROVA OBJETIVA – DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Observando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), julgue as situações abaixo e assinale a ÚNICA alternativa em que a interpretação jurídica do fato proposto se coaduna com o ordenamento constitucional:

a) Um policial militar, observando que um idoso se encontra em situação de risco de morte em uma casa, ingressa no local durante a noite, quebrando a fechadura da porta, para prestar socorro ao morador. A atitude do policial, embora proporcional ao evento, desrespeita a garantia da inviolabilidade do domicílio.

b) Um oficial de Justiça e dois militares ingressam em uma residência, durante a noite, com mandado judicial de prisão contra seu morador. A atitude dos servidores públicos está de acordo com o ordenamento jurídico porque detinham ordem do juízo.

c) Durante a noite, dois policiais militares avistam um homem no momento em que efetua o crime de roubo. A polícia sai no encalço do autor do fato, que ingressa em sua casa. Neste caso, os policiais não podem adentrar na residência até obtenção do mandado judicial.

d) O Ministério Público, após a conclusão da investigação policial, não oferece denúncia no prazo indicado pela legislação. Nesse caso, o ofendido possui o direito fundamental da ação penal privada subsidiária da pública.

e) Um bombeiro avista um incêndio em uma casa. Entretanto, não quer entrar na residência para impedir o desastre até obter consentimento do morador ou de um vizinho. A atitude do servidor é correta porque a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

2) Sobre os princípios da República Federativa do Brasil e os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A CRFB prevê o direito à liberdade, à herança e à propriedade como fundamentais.

b) O valor social do trabalho é princípio fundamental da República, assim como são direitos sociais a moradia, a alimentação, o lazer e a educação, entre

outros.

c) O *habeas data* é uma ação de natureza constitucional que, se voltada para retificação de dados do impetrante, torna-se sigilosa.

d) O art. 5º da Constituição prevê mandados de criminalização, como forma de defesa de bens especialmente valorizados, a exemplo daquele que criminaliza o racismo.

e) A ordem jurídico-constitucional brasileira se baseia no princípio da dignidade humana e, a despeito disso, a pena de morte não foi abolida.

3) Sobre a Administração Pública na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A investidura em cargo público depende de prévia aprovação em concurso público. A ordem jurídico-constitucional admite também a nomeação em cargos em comissão, destinados exclusivamente às funções de direção, chefia e assessoramento.

b) A criação de autarquias e fundações depende de decreto do chefe do Poder Executivo.

c) A publicidade da Administração Pública deve possuir caráter informativo, educativo ou de orientação social, vedados o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

d) A Constituição Federal veda, como regra, a acumulação de cargos, mas permite exceções, como a acumulação de dois cargos de professor, observada a compatibilidade de horários.

e) O servidor público civil tem direito à livre associação sindical.

4) Sobre o Ministério Público na Constituição Federal brasileira, julgue as afirmativas abaixo:

I. O Ministério Público, no Brasil, abrange o Ministério Público da União e dos Estados.

II. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público Militar fazem parte do Ministério Público da União.

III. São **vedados** aos membros do Ministério Público: (1) o exercício da advocacia, (2) o recebimento de custas, salvo honorários eventuais autorizados por lei; (3) o exercício de outras

funções públicas, salvo uma de magistério.

IV. A inamovibilidade é garantia que veda o afastamento do membro do Ministério Público de sua lotação, salvo em razão de indicação de órgão colegiado de cada *parquet*.

V. São garantias dos membros do Ministério Público: a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios.

Sobre as afirmativas I a V acima, assinale a **ÚNICA** resposta **CORRETA**:

- a) São incorretas a III e a IV.
- b) São corretas a II, III, IV e V.
- c) Todas são corretas.
- d) São corretas a I e a III; a V é falsa.
- e) Todas são incorretas.

5) Sobre a educação na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

b) Como consequência do princípio da garantia do padrão de qualidade (art. 206, VII, CRFB), podem as universidades federais cobrar, em casos bastante específicos, mensalidades dos discentes a ela vinculados.

c) O Estado tem o dever de garantir educação básica obrigatória e gratuita.

d) O Estado tem o dever de garantir a progressiva universalização do ensino médio gratuito.

e) O acesso ao ensino é direito público subjetivo, o qual pode ser objeto de ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público para efetivá-lo.

6) Sobre os índios e os remanescentes de quilombo na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes ainda o usufruto exclusivo das riquezas do solo, rios e lagos nelas existentes.

b) Os direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são imprescritíveis; além disso, tais áreas são inalienáveis e indisponíveis.

c) A Constituição Federal reconhece as línguas, crenças, costumes e tradições indígenas.

d) Permite-se a remoção de grupos indígenas de suas terras, com autorização do chefe do Poder Executivo federal, no interesse da soberania do país, garantindo-se seu retorno imediato com a cessação do risco.

e) A Constituição Federal assegura aos remanescentes de quilombos a propriedade definitiva das terras por eles efetivamente ocupadas, cabendo ao Estado a emissão dos títulos respectivos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

7) Sobre os princípios que regem a Administração Pública, é INCORRETO afirmar:

a) De acordo com a compreensão moderna do princípio da legalidade, para que um ato administrativo seja válido, não basta que ele seja formalmente compatível com a lei, sendo necessário que esteja de acordo com os princípios aplicáveis à Administração Pública.

b) A súmula vinculante que veda a prática do nepotismo na Administração Pública representa concretização do princípio da impessoalidade na Administração Pública.

c) Por se tratar de postulado sem conteúdo jurídico autônomo, o princípio da moralidade na Administração Pública não tem aptidão para, por si só, justificar o controle judicial da validade dos atos administrativos.

d) Segundo o princípio da publicidade, a Administração Pública deve ser transparente em sua atuação, garantindo o acesso dos cidadãos às informações de interesse público, excetuados os casos de decretação fundamentada de sigilo.

e) O princípio da eficiência, previsto expressamente na Constituição da República, estabelece um mandado de otimização da atividade administrativa.

8) Identifique a assertiva INCORRETA:

a) O ato administrativo vinculado não é passível de controle judicial.

b) Com base no poder de autotutela, a Administração pública pode invalidar seus próprios atos.

c) O poder de polícia consiste na prerrogativa do Estado de limitar ou disciplinar direitos, interesses ou liberdades dos cidadãos em prol do interesse público.

d) A revogação dos atos administrativos benéficos aos seus destinatários somente é possível antes de findo o prazo decadencial previsto em lei, salvo comprovada má-fé.

e) Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade.

9) Dentre as assertivas abaixo, assinale a CORRETA:

a) O Estado não pode ser responsabilizado pelos danos decorrentes de sua atuação, uma vez que se encontra acima da ordem jurídica.

b) O Estado não pode ser responsabilizado pelos danos decorrentes de sua atuação, uma vez que eventual responsabilização deverá recair sobre o agente público que praticou o ato.

c) O Estado é passível de responsabilização pelos danos decorrentes de sua atuação, desde que constatada a existência de uma conduta culposa ou dolosa.

d) O Estado é passível de responsabilização pelos danos decorrentes de sua atuação, independentemente da aferição de culpa ou dolo, uma vez que assume os riscos que sua atividade causa a terceiros.

e) O Estado é responsável por todo e qualquer dano sofrido pelos administrados, independentemente de nexos de causalidade em relação à sua conduta.

10) Acerca da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), é CORRETO afirmar:

a) O edital da licitação não vincula a Administração Pública, sendo possível a alteração de suas disposições a qualquer tempo, sempre que o interesse público assim o recomendar.

b) É dispensável a realização de licitação para obras ou serviços no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

c) As autarquias e fundações públicas não se subordinam ao regime da Lei nº 8.666/93.

d) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.

e) Na modalidade convite, empresas que não tenham sido convidadas pela Administração não poderão participar da licitação.

11) Com relação à Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), é CORRETO afirmar:

a) A configuração de ato de improbidade administrativa depende, necessariamente, da comprovação de dano ao erário.

b) Para a configuração do ato de improbidade

administrativa, é indispensável a comprovação do dolo na conduta do agente.

c) Configurada a prescrição com relação ao ato de improbidade administrativa, o Estado não pode mais exercer a pretensão de ressarcimento ao erário do prejuízo decorrente do ato.

d) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal de Contas.

e) As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se também àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para a prática do ato ímprobo ou dele se beneficiem sob qualquer forma.

DIREITO PENAL

12) Servidor público desvia, em seu proveito, verbas federais destinadas a determinada obra pública. Tipifique penalmente a conduta:

a) Peculato

b) Corrupção ativa

c) Corrupção passiva

d) Concussão

e) Excesso de exação

13) Sobre a prescrição, é CORRETO afirmar que:

a) São aumentados de metade os prazos de prescrição quando o agente era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

b) Não há crimes imprescritíveis.

c) Na tentativa, a prescrição em abstrato é contada considerando a redução máxima da pena (dois terços).

d) O prazo prescricional é interrompido pelo recebimento da denúncia ou da queixa.

e) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, nos crimes permanentes, do dia em que iniciou a permanência.

14) No concurso material:

a) As penas dos crimes são somadas.

b) Aplica-se a pena do crime mais grave, aumentada de um sexto até metade.

c) Aplica-se a pena do crime mais grave, aumentada de um sexto até dois terços.

d) Aplica-se a pena do crime menos grave, aumentada de um sexto até metade.

e) Aplica-se a pena do crime menos grave, aumentada de um sexto até dois terços.

15) Um agente utilizou sua Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações falsas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social. Mediante tal conduta, obteve a indevida concessão de benefício previdenciário, que percebeu por alguns meses. Tipifique penalmente a conduta:

a) Apropriação indébita previdenciária

b) Apropriação indébita

c) Extorsão

d) Furto mediante fraude

e) Estelionato majorado

16) A transnacionalidade é causa de aumento de pena do seguinte delito:

a) Sonegação fiscal

b) Tráfico ilícito de drogas

c) Associação criminosa

d) Moeda falsa

e) Falso testemunho ou falsa perícia

17) Sobre os crimes contra a fé pública, assinale a alternativa CORRETA:

a) A falsificação grosseira não descaracteriza o crime contra a fé pública.

b) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

c) Não há crime quando a falsificação incide sobre moeda.

d) Quando o documento em si é verdadeiro, mas a informação nele contida é inverídica, o falso é material.

e) O uso de documento falso é atípico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

18) Na cota da denúncia por descaminho, crime cuja pena varia de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão, o Ministério Público Federal poderá,

atendidos os requisitos da Lei nº 9.099/95:

a) Propor a suspensão condicional do processo

b) Propor o livramento condicional

c) Oferecer transação penal

d) Requerer o perdão judicial

e) Requerer a designação de audiência preliminar

19) Sobre a investigação criminal, é CORRETO afirmar que:

a) É inconstitucional a investigação realizada diretamente pelo Ministério Público.

b) O defensor do investigado pode ter acesso a todos os documentos constantes do inquérito policial, o que inclui as diligências sigilosas em andamento.

c) A autoridade policial pode indeferir, de forma fundamentada, a realização de diligência determinada pelo Ministério Público no bojo do inquérito policial.

d) A autoridade policial pode determinar o arquivamento do inquérito policial, submetendo-o à apreciação do Poder Judiciário, após parecer do Ministério Público.

e) O princípio do contraditório não se aplica ao inquérito policial.

20) Qual desses crimes NÃO é de competência federal?

a) Tráfico interestadual de drogas

b) Estelionato em prejuízo do Instituto Nacional do Seguro Social

c) Roubo a uma agência da Caixa Econômica Federal

d) Uso de documento falso em *blitz* da polícia rodoviária federal

e) Falso testemunho em audiência da Justiça do Trabalho

21) Qual o recurso cabível da decisão judicial que não recebe a denúncia?

a) Apelação

b) Agravo

c) Recurso em sentido estrito

d) Recurso inominado

e) A decisão é irrecorrível

22) Sobre a ação penal, é INCORRETO afirmar

que:

- a) O rol de testemunhas, quando houver, deverá constar da denúncia.
- b) O Ministério Público pode dispensar a instauração de inquérito policial quando estiver de posse de documentos que o habilitem a promover a ação penal.
- c) Na ação penal pública, o Ministério Público não está obrigado a processar, de uma só vez, todos os autores do delito.
- d) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, determinará a designação de outro órgão do Ministério Público para oferecer a denúncia ou insistir no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
- e) A propositura da ação penal pública é função privativa do Ministério Público.

DIREITO CIVIL

23) Sobre as pessoas físicas e jurídicas, de acordo com o Código Civil, julgue as afirmativas abaixo.

- I. As associações públicas são pessoas jurídicas de direito público.
- II. As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público.
- III. Os Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo.
- IV. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.
- V. A personalidade jurídica inicia com a vida e termina com a morte.
- VI. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

Sobre as afirmativas de I a VI acima, assinale a única alternativa **CORRETA**.

- a) Todas são corretas, à exceção da assertiva II.
- b) É incorreta a II e corretas as assertivas V e VI.
- c) São incorretas a II e a VI.
- d) São corretas a III, IV, V e VI.
- e) Todas são incorretas.

24) Sobre os BENS, avalie as assertivas e assinale a **CORRETA.**

- a) Os bens imateriais são aqueles com existência abstrata e palpável.
- b) Os bens podem ser classificados como fungíveis ou infungíveis quanto à mobilidade.
- c) Os bens públicos pertencem a entidades de direito público interna e externa.
- d) Os mares e rios, assim como os prédios afetados ao uso de um órgão público, são bens de uso comum do povo.
- e) Os bens públicos dominiais são aqueles que constituem o patrimônio disponível e alienável das pessoas jurídicas de direito público.

25) Sobre os negócios jurídicos e os atos ilícitos, julgue as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA.**

- a) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a outros critérios de interpretação, como a intenção nelas consubstanciada.
- b) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição.
- c) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- d) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- e) O Código Civil prevê o abuso de direito como o ato ilícito em que o titular de um direito excede os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou bons costumes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26) A respeito da atuação do Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa **CORRETA:**

- a) O Ministério Público tem como função precípua a representação judicial da União.
- b) Na jurisdição cível, o Ministério Público atua como agente, exercendo o direito de ação nos casos previstos em lei, e como interveniente, nas causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

c) A ausência de intimação do Ministério Público em processo no qual deva intervir não acarreta nulidade processual.

d) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público limitar-se-á a zelar pelo regular andamento do processo, não podendo se manifestar quanto ao mérito da ação.

e) Nas ações de improbidade administrativa propostas pela União, será desnecessária a intervenção do Ministério Público.

27) Identifique a alternativa CORRETA:

a) O processo civil inicia-se por impulso oficial, desenvolvendo-se por iniciativa da parte.

b) Quando o juiz identificar de plano a improcedência da ação, deverá indeferir a petição inicial.

c) Não é possível formular pedidos cumulativos na petição inicial.

d) Se o réu reconhecer a procedência do pedido, configurar-se-á a revelia.

e) Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

28) Extingue-se o processo com resolução de mérito:

a) Quando o juiz indeferir a petição inicial.

b) Quando ausentes pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo.

c) Quando não concorrer qualquer das condições da ação.

d) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

e) Quando o autor desistir da ação.

29) Assinale a alternativa contendo recurso cabível contra decisão que indefere pedido de antecipação de tutela:

a) Apelação.

b) Agravo de instrumento.

c) Embargos infringentes.

d) Recurso ordinário.

e) Recurso especial.

30) A respeito da ação civil pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A ação civil pública é instrumento apto à tutela de

qualquer interesse difuso ou coletivo.

b) O Ministério Público pode instaurar inquérito civil, a fim de colher os elementos necessários para subsidiar futura ação civil pública.

c) O Ministério público ostenta a titularidade exclusiva para a promoção da ação civil pública.

d) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

e) A competência territorial para processar e julgar ação civil pública se define em função do local onde ocorrer o dano.

RASCUNHO				
1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27	28	29	30